

# DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTES NA EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR

Alexander dos Santos Lopes<sup>1</sup>  
Prof. Dr. Delcio Antônio Aglardi<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho se propõe a refletir sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) como possibilidade da garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de adolescentes. Nele iremos observar como um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos funciona, considerando o mesmo como um serviço de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e que tem como objetivo a prevenção de situações de risco social e promoção de atividades estimuladoras na construção de autonomia e de vivências individuais e coletivas. Dentro desse contexto, foi realizado entrevistas com adolescentes que são usuários do SCFV Casa Brasil, com o objetivo de investigar quais estratégias socioeducativas são oportunizadas aos adolescentes na perspectiva dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento no cotidiano não escolar de um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e sociais. As reflexões apresentadas neste texto pautam-se teoricamente em autores que defendem a pedagogia transformadora, como Freire e Stecanela, e os resultados apresentados mostram que há diversos aprendizados trazidos pelos adolescentes, relacionados a regras de convivência, respeito ao próximo, importância da escuta e do diálogo e como esses aprendizados os tornaram pessoas em condições de exercer a cidadania e viver com dignidade.

**Palavras-chave:** Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, educação não escolar; aprendizagem.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem ênfase nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de adolescentes atendidos em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), uma política pública prevista em Lei, em diálogo com a educação não escolar. Os Direitos Humanos consistem em um conjunto de conquistas históricas e garantias da pessoa, com vistas à dignidade e ao respeito, protegidos pelo Estado, o qual deve assegurar condições capitais para a vida e o desenvolvimento do ser humano (GRAF, 2019). Esses direitos pressupõem o acesso às condições elementares para uma vida digna, além de garantir a liberdade de pensamento e de expressão e a igualdade perante a lei.

O Artigo 6º da Constituição Federal de 1988 adotou o “direito à educação” como direito fundamental e social de todo cidadão. O direito à aprendizagem é fundamental e de extrema importância na vida do ser humano, dessa maneira, temos a educação não escolar como uma ferramenta de ensino, cuja envolve múltiplas formas de aprendizado e desenvolvimento da criança e do adolescente, proporcionando um crescimento pessoal e social para os mesmos.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Pedagogia. Educador na Casa Brasil. E-mail: aslopes3@ucs.br

<sup>2</sup> Professor orientador. E-mail: daagliardi@ucs.br

Esses direitos estão previstos na legislação atual, como na Política Nacional de Assistência Social (2004) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

A educação não escolar traz benefícios para a vida pessoal de cada indivíduo, visto que proporciona uma liberdade nos métodos de ensino e aprendizagem. Logo, é um processo de aprendizagem social focado no indivíduo, através do desenvolvimento de atividades fora do ambiente escolar, que foca no desenvolvimento de habilidades e competências, diferente do ensino formal que apresenta um currículo organizado, o que acaba complementando o currículo escolar do educando, preparando-o para os desafios da vida adulta.

Diante desta perspectiva, o objetivo deste trabalho foi abordar as estratégias socioeducativas oportunizadas aos adolescentes na perspectiva dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento no cotidiano não escolar de um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e sociais. A metodologia empregada é de natureza qualitativa e a amostra foi construída de forma intencional. Os instrumentos de campo utilizados consistem em entrevistas em profundidade com adolescentes de um SCFV do município de Caxias do Sul e análise do conteúdo das atividades diárias do mesmo.

## **1 SITUANDO A TEMÁTICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR**

Dentre as conquistas recentes no campo dos direitos humanos fundamentais, encontramos o direito à aprendizagem e desenvolvimento de crianças e adolescentes. Neste trabalho, eu abordo os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de adolescentes atendidos em um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de uma comunidade da periferia de Caxias do Sul, inspirado no trabalho que desenvolvo com adolescentes na educação não escolar.

Esse serviço está previsto na legislação contemporânea, como na Política Nacional de Assistência Social (2004), a qual afirma o direito à proteção social básica com o objetivo de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), em seu Art. 86, o qual prevê que “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”.

Sabemos que o ser humano é portador de direitos e cabe à sociedade, ao Poder Público e à família, afirmá-los no conjunto de outros direitos humanos, mediante a inestimável importância relacionada à concretização da dignidade da pessoa humana. Afirma-se que os

direitos humanos são os direitos fundamentais e as liberdades básicas, que todos os seres humanos devem ter, pressupondo o acesso às condições elementares para uma vida digna, além de garantir a liberdade de pensamento e de expressão e a igualdade perante a lei.

O direito à aprendizagem é um dos direitos mais importantes e fundamentais na vida do ser humano, dessa forma temos a educação não escolar como uma ferramenta de ensino, que envolve múltiplas maneiras de aprendizado e desenvolvimento, podendo explorar o máximo de cenários possíveis. É através da educação não escolar que temos a possibilidade de proporcionar crescimentos pessoal e social para os seres humanos.

Na literatura, encontramos diferentes abordagens acerca do significado conceitual de educação não escolar. Segundo Stecanela, em sua Tese *Jovens e cotidiano: trânsitos pelas culturas juvenis e pela "escola da vida"* (2008) temos 3 tipos de educação. A expressão “educação formal” consiste na educação praticada nas escolas que segue uma determinada sequência e organização em seus processos, tendo em vista o fornecimento de uma certificação ou formalização das experiências nela praticadas. Logo, é uma educação demasiadamente institucionalizada, estruturada de forma cronológica e hierárquica, a qual se estende desde os anos iniciais da escolarização até os últimos anos do ensino superior. Já a “educação não-formal” possui semelhanças na estrutura e organização da educação formal, contudo apresenta uma flexibilização maior nos tempos, nos espaços e, ainda, nas mediações propiciadas pelos conteúdos de aprendizagem, não se preocupando com a certificação. Outro tipo de educação é a “educação informal”, a qual inclui as diversas formas educativas no decorrer da vida dos indivíduos, portanto, consiste em um processo permanente e organizado, por meio de experiências primárias e suas ligações com o meio ambiente (AFONSO, 1992, p. 86; TRILLA, 1993, p. 19).

Neste trabalho, escolho a definição de educação não escolar como aquela que ocorre além dos muros escolares, ou seja, fora do sistema oficial de ensino. Ela é feita de maneira organizada, advindo de uma metodologia e através de um planejamento, mas os resultados da aprendizagem não são analisados formalmente, ou seja, não há notas ou provas. Portanto, se organiza o processo de ensino e aprendizagem sem seguir diversos requisitos formais, mas que funciona de forma a complementá-lo, e não para substituí-lo.

A educação não escolar traz benefícios para a vida pessoal de cada pessoa. Através dela existe uma liberdade nos métodos de ensino e também na aprendizagem. Dessa forma, fica mais fácil atender às necessidades individuais, que são naturais de cada indivíduo. Ela é um processo de aprendizagem social focado no indivíduo, por meio do desenvolvimento de atividades fora do ambiente escolar.

A aprendizagem ocorre nos processos educativos do desenvolvimento de habilidades e competências e na prática e não somente com um currículo organizado, como no ensino formal. Desse modo, temas e conteúdos diferentes são abordados, de modos distintos, e isso possibilita o desenvolvimento de habilidades e competências que complementam o currículo escolar do educando, preparando-o para os desafios da vida adulta, dando aos indivíduos mais capacidade para lidar com os problemas comuns da vida, algo que raramente é trabalhado em uma escola tradicional.

## **1.2 O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos**

A historicidade desse serviço remete a regulamentação pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 109/2009 e reordenado, anos depois, pela resolução nº 01/2013. SCFV é uma sigla que significa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), é um dos serviços oferecidos no nível da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social. Ou seja, o SCFV está vinculado aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Todas as ações do SCFV são planejadas a fim de fortalecer os vínculos familiares e comunitários por meio de intervenções sociais, criando situações que estimulem e orientem os usuários na reconstrução de suas histórias. As atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos objetivam atender crianças e adolescentes com atividades educativas, culturais e esportivas, de forma a complementar e/ou suplementar as ações realizadas pelas famílias e, conseqüentemente, ao dos estabelecimentos de ensino regular. O trabalho é realizado por educadores sociais, geralmente com formações diversificadas. As atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos objetivam atender crianças e adolescentes com atividades educativas, culturais e esportivas, de forma a complementar e/ou suplementar as ações realizadas pelas famílias e, conseqüentemente, ao dos estabelecimentos de ensino regular. O trabalho é realizado por educadores sociais, geralmente com formações diversificadas.

O Art. 2º do ECA “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” (BRASIL 1990). O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é considerado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, um Serviço de Proteção Básica de Assistência Social, que busca complementar o trabalho das famílias e reduzir a ocorrência de situações que os coloquem em risco.

O trabalho realizado pelos educadores sociais nas instituições que oferecem os SCFV não tem um fim em si mesmo. As oficinas culturais, esportivas e artísticas são um estímulo para que crianças e adolescentes se descubram, se recriem, se libertem de pré-conceitos e ideias que muitas vezes trazem de realidades que precisam ser superadas. As realidades trazidas por eles e com eles não devem ser julgadas ou negadas, pois, negando sua história, o sujeito nega-se a si próprio. Entretanto, a participação nas atividades oferecidas no SCFV leva os usuários a conhecerem potencialidades que nem eles tinham consciência.

De caráter preventivo, o SCFV, além de buscar fortalecer os vínculos familiares e comunitários, procura gerar autonomia e protagonismo nos usuários, através da troca de experiências e integração entre os participantes do grupo e se destina aos usuários que vivenciam as mais diversas situações de vulnerabilidade, dando prioridade para as situações de risco social. O público prioritário do serviço são crianças, adolescentes e pessoas idosas que estão: (a) Em situação de isolamento; (b) trabalho infantil; (c) vivência de violência e/ou negligência; (d) fora da escola ou com defasagem escolar superior a dois anos; (e) em situação de acolhimento; (f) em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; (g) egressos de medidas socioeducativas; (h) situação de abuso e/ou exploração sexual; (i) com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); (j) crianças e adolescentes em situação de rua; (l) vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

O planejamento é fundamental para uma intervenção social com qualidade dentro de um SCFV. Para isso, ao realizar o planejamento, deve se levar em conta as especificidades do grupo que será trabalhado, as situações que estão a surgir para definir temas e assuntos que serão abordados nas atividades, estipular tempo e espaço para e como será realizado o acompanhamento e avaliação. Dessa forma, o educador tem maiores chances de obter sucesso na atividade e atinja seu propósito.

### **1.2.1 Casa Brasil: Inclusão de adolescentes no cotidiano não escolar**

O projeto Casa Brasil foi idealizado em 2003, visando a construção de espaços públicos para que qualquer pessoa pudesse ter acesso a computadores, Internet e outras tecnologias digitais, promovendo a inclusão digital e a democratização do acesso às tecnologias da Informação. Foi criada com o objetivo de prover o respeito, a valorização e o compromisso com a vida; através da prática da solidariedade, colaboração, diversidade, aprendizado e compartilhamento; uma vez que estas são as principais ferramentas para viabilização da inclusão digital, social e cultural.

A cidade de Caxias do Sul foi contemplada com uma unidade, no bairro Reolon, inaugurada em janeiro de 2007. Ele foi desenvolvido num espaço abandonado, cedido pela prefeitura, que de 1985 a 1997 sediou uma casa de detenção para menores infratores. O prédio ficou um período ocioso até abrir espaço para a Casa Brasil, em 2006, após uma reforma que atendeu os pré-requisitos do projeto.

No contexto da Casa Brasil, onde era realizado um trabalho de inclusão digital, houve dificuldade de encaixar o projeto numa área de atuação, pois ele não se enquadrava diretamente nem na Educação, nem na esfera Social. Como a instituição era mantida pela FAS, houve a determinação de mudar o serviço para que o espaço não tivesse suas atividades encerradas e ficasse sem utilização. Foi então que surgiu o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Casa Brasil, um espaço que oferece diversas atividades para crianças e adolescentes, no contraturno escolar, a fim de assistir uma população que está numa condição de vulnerabilidade social.

A instituição realiza um trabalho de atenção primária, com a finalidade de prevenir o descumprimento das determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 (art.227) diz que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

No total são atendidos 180 crianças e adolescentes, no contraturno da escola, tanto na parte da manhã, quanto na parte da tarde. Atualmente possui cinco salas de atividades, onde funcionam os grupos, distribuídos entre as crianças com as seguintes faixas etárias:

Quadro 1 – Agrupamentos etários

Agrupamento	Faixa etária
1	crianças entre 6 e 9 anos
2	crianças entre 10 e 11 anos
3	crianças entre 10 e 12 anos
4	crianças e adolescentes entre 12 e 13 anos
5	adolescentes entre 13 e 15 anos

Fonte: elaborado pelo pesquisador (2021)

No local, funciona um Telecentro, o qual coloca à disposição dos usuários 10 computadores e caixa de som. Por conta da história do local, que serviu o bairro por muitos anos através da inclusão digital, as portas continuam abertas para a comunidade em geral, mas com a finalidade diferente. Toda semana, no horário da manhã, as pessoas que precisam de ajuda para a digitação e impressão de currículo podem ir até a Casa Brasil e solicitarem. A finalidade primordial do espaço é atender as crianças e adolescentes matriculadas no Centro de Convivência, através de oficinas de informática e entretenimento.

Sobre o espaço, o SCFV Casa Brasil conta com um prédio adaptado de 2 andares, e mais um espaço cedido pela FAS que conta com 6 salas e 3 banheiros. A instituição conta com 1 sala da coordenação, 1 sala para psicóloga, outra para a assistente social, 1 sala de administração, 1 sala para cozinha 5 salas para realizar as atividades com os grupos, 1 telecentro, 1 biblioteca e 1 sala de oficina onde são realizadas aulas de capoeira, jogos de *ping pong* e judô.

### **1.3 Pedagogias tradicionais e pedagogias transformadoras**

Neste estudo, me propus investigar as tendências pedagógicas como forma de entender os processos educativos em espaço não escolar. Deste modo, busquei identificar duas pedagogias que estão presente na educação contemporânea: as tradicionais (liberais) e as transformadoras. As tendências pedagógicas brasileiras foram muito influenciadas pelo momento cultural e político da sociedade, pois foram criadas a partir dos movimentos sociais e filósofos de diferentes épocas. Dessa forma, formaram as práticas pedagógicas do País.

Segundo Saviani (2000), as tendências pedagógicas são divididas em dois grupos distintos: as tendências liberais e as tendências progressistas. No primeiro grupo, temos aquelas teorias que acreditam que a educação é uma ferramenta para a igualdade social e a superação da marginalização. É a chamada pedagogia não crítica ou pedagogia tradicional. O segundo grupo já entende que a educação é um instrumento de discriminação social, ou seja, um dos fatores de marginalização.

As pedagogias tradicionais foram as primeiras a serem utilizadas na educação logo no início da sociedade moderna, pois, com esse novo meio social, surgia uma nova classe, a classe dos burgueses, que se preocupavam em construir uma sociedade democrática. Ela é composta pelas teorias que o professor é a figura central e o educando é um receptor passivo dos conhecimentos considerados como verdades absolutas. Ela desconsidera o quanto o sistema reprodutor de desigualdade desfavorece os mais pobres e alavanca os ricos a serem mais bem

sucedidos. Ela vê, a marginalidade como um fenômeno acidental, e não social, que afeta individualmente algumas ou várias pessoas da sociedade, e vê a educação como um instrumento de correção dessa marginalização. Apesar disso, o que se sucede dessa teoria é uma crescente decepção pois, nem todos que ingressavam na escola eram “bem-sucedidos”, e nem se tornavam alguém relevante conforme a sociedade que eles gostariam de consolidar.

Por essa razão, aos poucos, as críticas à pedagogia tradicional se transformaram em uma nova teoria da educação, a pedagogia nova. Esta teoria continua acreditando no poder da escola e em sua função de criar uma sociedade igualitária. Segundo esta teoria, a marginalidade não tem a ver com ignorância ou falta de conhecimento, e sim, com rejeição. E aí começa uma nova fase da pedagogia e suas teorias, onde se percebe que os homens são essencialmente diferentes, pois cada indivíduo é único, que tem habilidades e necessidades únicas. Sabendo disso, a marginalidade já não pode mais ser explicada pelas diferenças, pois segundo esta teoria, elas são simplesmente diferenças. Portanto, a educação, como fator de igualdade social, passará a ser um instrumento para corrigir a marginalização, desde que cumpra a função de igualdade social. Os ajustes permitem que os indivíduos se adaptem à sociedade e instilem neles o sentimento de serem aceitos pelos outros e pelos outros. Portanto, a educação se tornará uma ferramenta para corrigir a marginalidade, pois contribui para a composição da sociedade, onde os membros da sociedade se aceitam e se respeitam em suas personalidades específicas, independentemente das diferenças. Em sua trajetória literária, Freire nos convida a pensar o que chama de "educação bancária", ou seja, denominação e fragmentação do conhecimento sem respeitar a individualidade dos sujeitos envolvidos.

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito (FREIRE, 1989, p. 36).

As pedagogias transformadoras, por outro lado, são vistas como empreendimento humanos com capacidade de mudar a realidade e promover processos inclusivos escolares e não escolares. Nessa perspectiva, a característica da prática pedagógica é diagnosticar as necessidades dos educandos, reformular continuamente a forma de prática pedagógica que se adapte ao processo de aprendizagem individual e único, promovendo ações contínuas e reflexivas nos sujeitos envolvidos, que são os educandos e educadores. Segundo o autor Paulo Freire (1987), com a filosofia da educação libertadora, as práticas de educação histórica e social ganharam maior visibilidade. Freire o define de forma a esclarecer a necessidade de práticas

emancipatórias que promovam uma autonomia libertadora na perspectiva dos educandos, respeitando suas origens, conhecimentos prévios e visões de mundo. Portanto, quando a pessoa-sujeito adquire uma postura de autorreflexão e reflexão, ocorre a liberdade. Em relação ao seu tempo e ao seu espaço, trata-se principalmente da possibilidade de mudar sua realidade. A prática pedagógica proposta por Freire tenta mostrar que há uma relação de igualdade e democrática entre o educador e o educando, onde os dois buscam conhecimento; o educador no papel de mediador, porém disposto a aprender com seus educandos.

Nessa perspectiva, Marx define o conceito de Omnilateralidade para entender que a constituição do indivíduo como ser social e seu processo produtivo são feitos a partir do seu processo educativo. Pois, a relação dialógica entre homem e sociedade são essenciais para uma prática pedagógica crítico-emancipadora, ou seja, uma prática em que o sujeito será capaz de contribuir para a realização de uma sociedade mais justa e igualitária através da sua vivência na sociedade. Dessa maneira Marx (2004, p.88-89) ressalta que:

da relação do trabalho estranhado com a propriedade privada depreende-se, além do mais, que a emancipação da sociedade da propriedade privada etc., da servidão, se manifesta na forma política da emancipação dos trabalhadores, não como se dissesse respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação.

Levando-se em consideração esses aspectos e realizando o trabalho enquanto educador social, consiga enxergar a valorização do indivíduo na realização das atividades na Casa Brasil. Tendo como base a pedagogia transformadora e como objetivo a transformação de realidades das crianças e adolescentes que a frequentam.

## **2 RESULTADOS DA PESQUISA**

Realizei projeto de pesquisa empírica, em diálogo com o referencial teórico, utilizando a entrevista como técnica, e o método analítico e a metodologia de natureza qualitativa. Os referenciais teóricos que o sustentam, apresentados têm ênfase no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), na Base Nacional Comum Curricular (2017), na Política Nacional de Assistência Social (2004), e em diversos artigos citados nos referenciais abaixo. As categorias emergentes estão sustentadas pela abordagem Análise Textual Discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2007).

## 2.1 As vozes dos adolescentes acerca de seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento

Para a realização do projeto de pesquisa utilizei entrevista com adolescentes como forma de entender, na prática, o que eles realmente aprendem e/ou desenvolvem ao fazerem parte de um SCFV. A entrevista foi realizada com 5 adolescentes que fazem parte do SCFV Casa Brasil há pelo menos 3 anos, e a idade deles varia entre 14 e 15 anos. A entrevista foi dividida em 13 perguntas e foi realizada com os objetivos de: a) investigar e entender quais aprendizados os adolescentes desenvolvem dentro e fora do SCFV; b) entender as dificuldades em relação à escola e comunidade; c) as transformações de vida de cada adolescente.

Os adolescentes, três do sexo feminino e dois do sexo masculino, foram entrevistados de forma individual, e segundo eles, no tempo em que frequentam a Casa Brasil aprenderam diversas coisas, como por exemplo, a conviver melhor, deixaram de falar tanto palavrão, e sentiram uma mudança muito grande em relação aos seus preconceitos e intolerância, seja com raça, gênero ou orientação sexual.

Segundo um dos entrevistados, “aprendi a ouvir mais os outros” e “pensar como as pessoas pensam sobre mim”. Ou seja, ao longo do tempo em que permaneceu no SCFV, o adolescente aprendeu a escutar mais o que as outras pessoas tinham a dizer para ele; seja educador ou colegas; seja críticas boas ou ruins; e também a se importar com as opiniões dos seus colegas enquanto realizavam trabalhos em grupos ou alguma ideia, algo extremamente importante em um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Ele também diz que “respeitar as pessoas e a dialogar” foi uma das coisas que ele aprendeu na Casa Brasil e hoje usa no seu dia-a-dia, seja na escola, em casa ou mesmo na rua.

Outro entrevistado já diz que “gosto de ir lá fora, jogar vôlei” e também que “eu gosto das dinâmicas”, sempre demonstrando muito apreço por esportes, mas também entendendo a importância das dinâmicas que abordam temas mais complexos, envolvendo autoconhecimento, família, educação sexual, saúde mental, etc. Ela consegue enxergar a importância de ter momentos de discussões sobre diversos temas, mas também adora os momentos mais relaxantes, onde existe a convivência e o fortalecimento dos vínculos com os colegas e educador.

Já essa entrevistada que frequenta a Casa Brasil há mais de 5 anos diz que uma das coisas que mais desenvolveu é a socialização, segundo ela “eu era bastante antissocial, e agora eu consigo falar mais, me expressar mais...”, ela também diz que “Aprendi a fazer amizade, agora todo mundo que falo eu viro amiga, agora sou fácil de fazer amizade. Agora sei fazer amigos.” demonstrando a importância do SCFV na visão desses adolescentes, no qual eles

conseguem enxergar seu desenvolvimento e suas aprendizagens como algo significativo para suas vidas.

Um dos entrevistados comenta também a importância de abordarmos temas sobre combate ao preconceito e estimulação de diálogo, segundo ele os tipos de atividade que mais o desenvolve é “Diálogo, cada um expressa sua opinião.” e “aquelas rodas de conversa que o senhor adora fazer, a gente consegue ver quanta coisa errada falamos e magoamos os outros”, mostrando a importância de abordar esses temas, que muitas vezes são considerados tabu, afim de trazer uma evolução pessoal enorme na vida dos adolescentes.

## **2.2 As atividades no cotidiano não escolar que favorecem o desenvolvimento de aprendizagem e desenvolvimento de adolescentes**

O serviço de convivência e fortalecimento Casa Brasil realiza atividades voltadas a formação integral dos usuários, ou seja, entendemos que desenvolvimento dos usuários vão além de sua dimensão intelectual. Além dela, a gente considera importante o aperfeiçoamento de aspectos físico, social, emocional e cultural dos usuários, sempre utilizando dos objetivos específicos e eixos norteadores como forma de chegar a esse fim.

Para os adolescentes entrevistados, as atividades que mais lhe favorecem em relação ao seu desenvolvimento são as pesquisas feitas na Internet através dos computadores na sala de informática, seguido da construção de cartazes e apresentação dele, pois segundo eles “a gente faz todo esse trabalho de pesquisar, criar o cartaz e apresentar e isso faz com que a gente memorize o assunto e aprenda bastante sobre ele”. Outra atividade importante são as rodas de conversa, pois nelas os adolescentes são convidados a discutir sobre um determinado tema, gerando diferentes formas de pensar, mas sempre os estimulando a ouvir a opinião do outro e mais importante que isso, a respeitar a opinião do outro. A própria função da roda de conversa já é interessante ao pensarmos que ela em si já estimula os usuários a se olharem e ouvirem entre si e não somente ao educador, o que incentiva o diálogo. E para que ela funcione, deve sempre partir de um lugar confortável e que passe um sentimento de inclusão, encorajamento e motivação dos usuários, pois ela é essencial para que cada adolescente se sinta ouvido e aceito no grupo, é um momento para todos se expressarem livremente, confiando que suas ideias serão ouvidas. Nesse lugar, o educador sempre deverá ser a autoridade mediadora da roda de conversa, e nunca aquela que vai ter a palavra final. Para os entrevistados, na roda de conversa “Me sinto bem, porque ao mesmo tempo que estou fazendo eu também estou aprendendo uma coisa nova.”.

Mesmo assim, as atividades preferidas dos adolescentes são, com certeza, aquelas ao ar livre. Atividades físicas como o futebol e o vôlei são as preferidas entre eles. Nas entrevistas, ao ser perguntado sobre a atividade que eles mais gostam de fazer, eles dizem que “Praticar esporte: Futebol, 3 cortes, vôlei.” ou mesmo “Ir para fora. Lá fora eu jogo vôlei e fico com minha turma..”. Isso mostra que além dos exercícios físicos realizados no momento da atividade e do desenvolvimento motor e cognitivo, os adolescentes se sentem bem em poder ter um momento de diversão com seus colegas, criando vínculos mais duradouros. Isso mostra que o esporte é uma importante ferramenta para melhorar o convívio em grupo e em sociedade, pois através dele se aprende a lidar com as diferenças e limitações de outras pessoas, podendo criar a capacidade de identificar e lidar com emoções e sentimentos de seus colegas e até mesmo se conhecer melhor.

### **2.3 O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos como prática pedagógica e transformação de história de vidas de adolescentes**

Segundo o Plano Nacional de Assistência Social (2004), o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos está incluído na proteção social básica, e tem como objetivo “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.”, ou seja, quando pensamos em prevenção de riscos através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, devemos sempre atuar no papel de transformadores de histórias de vida. Isso não quer dizer que todos os usuários que cruzarem nossas vidas terão finais felizes, mas sim que nós sejamos as mudanças que queremos ver no mundo, por menor que ela seja, na vida de cada um.

O educador deve sempre atuar como um potencializador das individualidades de cada usuário que passar pelo SCFV, mostrando a eles que sempre há formas diferentes de ser feliz e ter um futuro promissor, mesmo que a realidade possa parecer muitas vezes cruel e injusta do ponto de vista deles. O educador, por meio da prática pedagógica e social, dentro do SCFV deve ser capaz de analisar, refletir e, subsequentemente, mudar a situação educacional por meio dos fundamentos teóricos, metodológicos e morais de suas relações práticas e profissionais.

Aos entrevistados, quando perguntei sobre as principais mudanças em termos de desenvolvimento pessoal e de vida, a resposta foi unanime ao responderem que a Casa Brasil os tornou pessoas melhores, os ajudaram a socializar e fazer amigos, a se expressar melhor e principalmente a criarem protagonismo dentro de suas próprias histórias. Todos os adolescentes entrevistados tem um mesmo objetivo, que também pode ser visto como um próximo passo ao saírem do SCFV, que é o primeiro emprego. Dentro do SCFV, é importante pensar no

desenvolvimento integral do adolescente que está desenvolvendo sua opinião crítica, pensando no seu futuro profissional e acadêmico e ainda passando por diversas transformações sociais, corporais e emocionais. Dessa forma, é importante que o educador crie estratégias, através de suas propostas de atividades que tranquilize, ouça e empodere esse adolescente.

Para os adolescentes, o momento mais importante é o primeiro emprego, por esse motivo criamos oficinas de preparação ao primeiro emprego na Casa Brasil, realizando atividades de criação de currículos, ensinamos a como enviar e-mails corretamente, e como se portar e o que falar em uma entrevista. Na Casa Brasil acreditamos que olhar por aquele usuário somente enquanto ele faz parte ativa do SCFV não é efetivo, por isso, mesmo que o adolescente já tenha atingido a idade limite e não faça mais parte do SCFV, continuamos mantendo contato com as famílias e ofertando vagas de emprego, cursos, auxílio na criação de currículo ou qualquer outra situação que venham a ter. Entendemos que o primeiro emprego faz parte de um rito de transição muito importante para a vida adulta, pois permite ao adolescente a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho e abre as portas para a construção de um futuro profissional.

O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos deve ser um local libertador, de escuta, empatia, cooperação e respeito mútuo, portanto, trabalhar isso diariamente deve ser a base para uma transformação real e significativa na vida de cada um dos usuários. Nesse sentido, os educadores sociais acabam sendo o elo principal para a formação integral dos usuários, pois quanto maior o vínculo entre educador e usuário, maior será o impacto das atividades realizadas. Freire (1987) descreve isso em sua obra, *Pedagogia do Oprimido*, dizendo que a

Educação é um ato de amor”, sentimento em que homens e mulheres veem-se como seres inacabados e, portanto, receptivos para aprender, sendo que “não há diálogo [...] se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que o funda [...]. Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo (FREIRE, 1987, p. 79-80).

Os entrevistados consideram a Casa Brasil como uma segunda casa, onde segundo eles “me sinto em casa quando venho para cá” e “gosto de vir para cá ver meus amigos”, mostrando que, um local acolhedor é essencial para o desenvolvimento pessoal e social dos usuários, sendo assim, um local de transformações de histórias.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, foi possível observar diversos elementos que nos levam a refletir sobre a importância de um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos no lugar de proteção e estímulo aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos usuários que ali frequentam.

O texto oportunizou a investigação das tendências pedagógicas, e nele podemos identificar as principais diferenças entre as pedagogias tradicionais e transformadoras. Dessa forma, é importante entender a importância de locais em que ocorrem a educação não-formal ou não-escolar, serem locais de pedagogias transformadoras, onde será proposto ao usuário atividades de emancipação e autonomia, para que eles assumam o lugar de autorreflexão e autoconhecimento.

A Casa Brasil, como local de referência na educação não-escolar na zona oeste de Caxias do Sul, mostrou que através de um trabalho com muita dedicação, seriedade e amor, torna-se possível trazer mudanças significativas na vida dos usuários e da comunidade em geral. As entrevistas realizadas com os adolescentes da Casa Brasil foram extremamente válidas, pois através dessas entrevistas conseguimos identificar diversos aprendizados trazidos pelos adolescentes, relacionados a regras de convivência, respeito ao próximo, importância da escuta e do diálogo e como esses aprendizados os tornaram pessoas melhores.

### 4 REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Sociologia da educação não-escolar: reatualizar um objecto ou construir uma nova problemática? In: ESTEVES, Joaquim António e STOER, Stephen R. **A Sociologia na Escola: professores, educação e desenvolvimento**. Porto: Afrontamento, 1992, p. 81-96.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Brasília, 5 de outubro de 1988. Acesso em: 02 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 13 de julho de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, 06 de abril de 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004**. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, novembro de 2005. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, 11 de novembro de 2009. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao\\_CNAS\\_N109\\_%202009.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2021.

BITTAR. **A importância dos Direitos Humanos**. 2014. Disponível em: <<https://eduardobittar.jusbrasil.com.br/artigos/140238414/a-importancia-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

FOGAÇA, Jennifer. **Tendências pedagógicas brasileiras**. Disponível em: <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/tendencias-pedagogicas-brasileiras.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAF, Jaqueline Melo. Educação Como Fundamento da Dignidade Humana no Direito Fundamental Social. **Revista 188**, set. 2019. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/eca/educacao-como-fundamento-da-dignidade-humana-no-direito-fundamental-social/>>. Acesso em: 26 nov. 2021.

GUERRA, Lícia Flávia Santos; COSTA, Maria Adélia da. A prática pedagógica transformadora: uma visão conceitual. **VI Congresso Nacional de Educação**. 24 a 26 de outubro de 2019. Disponível em: <[https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO\\_EV127\\_MD1\\_SA1\\_I\\_D6504\\_25092019194637.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA1_I_D6504_25092019194637.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2021.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004. Disponível em: <<https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/manuscritos-econoc3b4micofilosc3b3ficos.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. Análise Textual Discursiva. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007  
PORTABILIS. **SCFV: saiba como funciona o Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos**. Disponível em: <https://blog.portabilis.com.br/SCFV-saiba-como-funciona/>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2000.

STECANELA, Nilda. **Jovens e cotidiano: trânsitos pelas culturas juvenis e pela “escola da vida”**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

TRILLA, Jaume. **La Educación Fuera de la Escuela: ambiJos no forma/es y educación socia/**. Barcelona: Ariel, 1998.